IDIOMA NACIONAL — LINGUA PORTUGUÊSA

— Parecer da Comissão instituída nos têrmos do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

PROCESSO N.º 43.784-46

A Comissão nomeada pelo govêrno para opinar sôbre a denominação do idioma nacional, nos têrmos do art. 35 das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, o resultado dos seus trabalhos e a unânime conclusão que adotou.

Para a devida observância, divulgação e conhecimento público, mandou o Senhor Ministro da Justiça que fôsse estampado no *Diário Oficial* aquêle documento, assim como editado em opúsculos e transmitido à imprensa, por intermédio da Agência Nacional, acompanhado dos votos proferidos.

E' do seguinte teor o relatório acima citado:

"Sr. Ministro:

A Comissão, designado por V. Exa., com a aprovação do Sr. Presidente da República, para cumprir a determinação contida no art. 35 do Ato das disposições transitórias, apenso à Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de setembro do corrente ano, tem a honra de trazer ao conhecimento de V. Excia. o resultado dos seus trabalhos.

Breve retrospecto histórico: Descoberto o Brasil pelos portuguêses em 1500, tomada posse da terra em nome do rei de Portugal, e iniciada anos depois a colonização, a língua portuguêsa foi trazida para cá, e se foi pouco a pouco propagando.

Encontrou-se, como era natural, com o língua dos índios; e, durante algum tempo, foi mesmo o tupi falado em maior proporção do que o português.

Não tardou, porém, que se verificasse um princípio linguístico que se tem reconhecido como verdadeiro: postas em contacto duas línguas, uma instrumento de uma civilização muito superior à civilização a que a outra serve, esta cede o seu terreno à primeira. Assim, o português, expressão de uma civilização mais adiantada, triunfou sôbre o tupí.

Desde os primeiros tempos da nossa história já apareciam, escritas *em português,* obras relativas ao Brasil; e tôda a nossa literatura, de então para cá, tem sido vazada em língua portuguêsa.

Os nossos mais altos escritores, uns com maior, outros com menor apuro estilístico, êstes aproximando-se mais, aquêles menos, do padrão ideal da língua literária, todos escreveram em português. Assim o fizeram José Bonifácio, João Francisco Lisboa, Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Fagundes Varela, Gonçalves de Magalhães, Pôrto Alegre, Manuel Antônio de Almeida, Alencar, Macedo, Machado de Assis, Aluízio Azevedo, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Rui Barbosa, Taunay, Afonso Arinos, Euclides da

Cunha, Raul Pompéia, João Ribeiro, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Vicente de Carvalho, etc., etc.

A própria literatura nossa regional exprime-se numa língua que, apesar de tudo, não deixa de ser a portuguêsa; e o falar dialetal da nossa gente inculta é, na essência, língua portuguêsa.

Alguns dos grandes escritores brasileiros, como Rui Barbosa, João Ribeiro e Raimundo Correia, que no princípio da sua carreira literária, embora escrevessem em português, se afastavam um pouco do bom tipo lingüístico, esforçaram-se depois por acompanhá-lo de mais perto, e conseguiram tornar-se modelos da mais formosa vernaculidade.

E' a língua portuguêsa aquela em que nós, brasileiros, pensamos; em que monologamos, em que conversamos, que usamos no lar, na rua, na escola, no teatro, na imprensa, na tribuna, com que nos interpela, na praça pública, o transeúnte desconhecido que nos pede uma informação; é, por assim dizer, a nossa língua de todos os momentos e de todos os lugares.

Considerações lingüísticas: E' inteiramente falso dizer-se que, assim como do latim vulgar transplantado para o ocidente da Península Ibérica resultou o idioma português, assim do português trazido para o Brasil resultou a língua brasileira.

Proceder dêsse modo é comparar fatos diversos, e a conclusão a que se chega percorrendo semelhante caminho será, forçosamente, errada.

O latim vulgar levado para o ocidente da Península Ibérica e adotado por língua própria pelas populações que lá habitavam, — de civilização inferior à dos romanos, — estêve longo tempo sem escrever-se; e, depois da queda do Império Romano do ocidente, ficou entregue à ação das fôrças naturais de evolução e diferenciação; quando, mais tarde, foi adotado como língua escrita, estava muitíssimo diversificado do padrão latino da língua clássica, conservado nas obras dos grandes escritores romanos e imitado pelos escritores do Baixo Latim.

Comparado êsse latim vulgar evolvido com o antigo latim dos documentos, literários ou não, êle apresenta diferenças de estrutura fonética, de morfologia e de sintaxe, que constituem característicos suficientes para torná-lo uma nova língua, independente do latim, embora dêle derivada.

Com o português transplantado para o Brasil outros, bem outros são os fatos. Nunca ficou em abandono igual ao do latim vulgar na Península Ibérica; ao contrário, estêve sempre em contacto com o da metrópole, onde a literatura atingiu alto cume no século XVI e continuou no seu desenvolvimento florescente até os nossos dias. Frei Vicente do Salvador, nascido no Brasil, escrevia em português a sua História do Brasil; o Padre Antônio Vieira pregava no Brasil muitos dos seus sermões; Morais, nascido no Brasil, compunha o seu Dicionário da Língua Portuguêsa; brasileiros iam a Portugal e formavam-se na Universidade de Coimbra; D. João VI, com a sua côrte, veio para o Rio de Janeiro e aqui permaneceu por mais de uma década. Os nossos grandes poetas épicos Santa Rita Durão e Basílio da Gama; outros ilustres poetas nossos, como Cláudio Manuel, Alvarença Peixoto, etc., escreviam em excelente língua portuguêsa, com os olhos sempre voltados para os monumentos literários de Portugal.

Os estudos lingüísticos, sérios e imparciais, aplicados ao Brasil, fazem-nos concluir que a nossa língua nacional é a língua portuguêsa, com pronúncia nossa, algumas leves divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio.

Ainda mais: êsses estudos, à proporção que se ampliam e se aprofundam, reduzem a lista dos brasileirismos, mostrando que alguns dêles existem em dialetos portuguêses (parecendo que de Portugal nos vieram) e que, se outros podem ser admitidos como inovações nossas, podem também considerar-se relíquias brasileiras de arcaísmos portugueses.

As palavras brasileiras são iguais às portuguêsas na sua composição fonética, apenas diferindo na pronúncia; os nomes de números são os mesmos em Portugal e no Brasil; as conjugações são as mesmas, num e noutro país; as mesmas são também as palavras gramaticais: os pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, indefinidos), os artigos, os advérbios (de tempo, modo, quantidade, lugar afirmação, negação), as preposições e as conjunções. Em geral é o mesmo o gênero gramatical, cá e lá; são as mesmas as regras de formação do plural; o mesmo o sistema de graus de substantivos e adjetivos; os mesmos os preceitos de concordância nominal e verbal; quase na totalidade dos casos é a mesma a regência dos complementos dos nomes e dos verbos; o mesmo o emprêgo de modos e tempos, e a mesma a estrutura geral do período quanto à sucessão das orações e à ligação de umas com outras.

Lemos e compreendemos tão bem uma página de Eça de Queirós, quanto uma de Machado de Assis; e, quando, em escrito de autor brasileiro ou português, desconhecemos o significado de qualquer palavra, recorremos, salvo tratando-se de algum têrmo muito restritamente regionalista, a um dicionário da *língua portuguêsa;* nunca o brasileiro, para ler, compreendendo, um jornal ou livro português, precisou de aprender prèviamente a língua de Portugal como se aprende uma língua estrangeira; não há dicionário *português-brasileiro, nem brasileiro-português,* como há, por exemplo, dicionário português-espanhol e espanhol-português; a gramática da língua nacional do Brasil é a mesma gramática portuguêsa.

Afirmações idênticas a essas que acabamos de fazer, não teriam lugar se comparássemos o português com o espanhol, não obstante serem línguas românticas parecidíssimas uma com a outra: é que espanhol e português são línguas diversas, ao passo que é a *mesma língua* a que se fala e escreve no Brasil e a que se fala e escreve em Portugal.

Quando os lingüistas tratam de geografia das línguas românicas, incluem a língua do Brasil no domínio do português, e nas estatísticas relativas ao número de pessoas que falam as grandes línguas do globo, o povo brasileiro figura entre os de língua portuguêsa.

Conclusão: A vista do que fica exposto, a Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a *Língua Portuguêsa*.

E, em conseqüência, opino que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser: *Língua Portuguêsa.*

Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras — *Língua Portuguêsa,* — a história da nossa origem e a base fundamental da nossa formação de povo civilizado

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1946. — *Cláudio de Sousa,* Presidente. — *Sousa da Silveira,* Relator. — *Levi Carneiro.* — *Herbert Moses.* — *Francisco Borges Fortes de Oliveira.* — *Júlio Nogueira.* — *Clóvis Monteiro.* — *Pedro Calmon.* — *Augusto Magne.* — *Inácio M. Azevedo do Amaral.* — *P. Leonel Franca.*